

EM LUTA CONTRA QUALQUER RETROCESSO

Pensando nos inúmeros temas que estão em ataque direto visando a retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, a Contee – através do assessor de assuntos jurídicos, José Geraldo Santana, e da coordenadora da Secretaria de Comunicação Social, Cristina Castro – elaborou documento que trata dos temas: Cortes Educação e Saúde, Previdência Social e Negociado sobre o Legislativo. O texto, disponível neste boletim, coloca em análise as ações do governo golpista e suas consequências para os(as) trabalhadores(as).

A Confederação coloca o conteúdo desta publicação à disposição das entidades para que possam utilizá-lo em seus boletins, redes sociais e outros materiais de esclarecimento à categoria sobre os assuntos em destaque. O espaço também está aberto a sugestões para a produção das próximas edições.

SAÚDE

Igual procedimento é adotado na saúde, que tem garantido o percentual de 15% de todo o orçamento da União, dos estados e dos municípios.

Com essa política criminosa, os resultados serão os mesmos que desabarão sobre a educação. Em outras palavras: as verbas para educação e saúde, pela vontade de Temer e seus apoiadores, crescerão como rabo de cavalo: para baixo; na ordem inversa do crescimento populacional e de suas demandas sociais.

CRESCIMENTO DA DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

Para não deixar dúvida, quanto aos seus objetivos e propósitos, o governo Temer conseguiu do Congresso Nacional (seu aliado de primeira hora, em tudo e por tudo) o aumento da DRU – que é percentual das receitas da União, que o Poder Executivo pode gastar, sem qualquer vinculação, normalmente, com juros da dívida pública, que já abocanha mais de 9% (nove por cento) do PIB, e outras benesses para os ricos –, de 20% para 30%. Um paraíso para os ricos; um inferno, para os trabalhadores.

CRIME CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A política pública de maior alcance social já adotada pelo Brasil ao longo de toda a sua história é a Previdência Social, com as suas novas garantias, aplicadas por determinação da CF.

Dentre todas as garantias asseguradas pela Previdência Social, a de maior alcance é a vinculação de seus benefícios ao salário mínimo; sendo que nenhum deles pode ser inferior a este.

Como o salário mínimo, a partir de 2003, com a assunção de Lula à Presidência da República, não teve garantida a reposição da inflação, como cresceu, ou seja, em termos reais, aproximadamente, 72%.

Quando Lula assumiu a Presidência, o salário mínimo não chegava a 70 dólares; hoje, é superior a duzentos.

Com a vinculação dos benefícios da Previdência Social ao salário mínimo e com o crescimento real deste, realizou-se a maior distribuição de renda, em todos os tempos. Graças a elas, mais de 60% de municípios brasileiros – cerca 3570 – tem como mola propulsora de seu desenvolvimento a aposentadoria rural de um salário mínimo. Esta representa, para eles, mais do que recebem a título de fundo de participação (FPM), que, para todos eles, é a principal fonte de receita.

Os filhos dos trabalhadores terão de trabalhar meio século, para se aposentar

Não satisfeito com a criminosa pretensão de desvincular os benefícios da Previdência Social do salário mínimo, o governo Temer quer estabelecer a idade mínima, de 65 anos, para que homens e mulheres possam se aposentar.

Como a idade mínima constitucional de ingresso no mercado formal de trabalho é de 16 anos, se a idade mínima para a aposentadoria for aprovada em 65 anos, os filhos de famílias trabalhadoras terão de trabalhar, nada menos, do que 49 anos para obtê-la.